

Comissão aprova regras para a atuação militar em área indígena

Roni Carvalho/Diário do Amazonas



Projeto do senador Augusto Botelho, acolhido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, será enviado agora ao exame do Plenário

De acordo com a proposta, militares e policiais federais poderão entrar e transitar em terras ocupadas por indígenas e realizar manobras, acampamentos, patrulhas, policiamento e outras atividades para a segurança da integridade do território nacional, a garantia da lei e da ordem e a segurança pública. As ações deverão proteger a vida, o patrimônio e a cultura dos índios. **5**

Em Porto Velho, helicópteros da FAB encarregados de fazer a segurança das fronteiras da Amazônia, reservas ambientais e terras indígenas



Jane Araújo

Parlamentar chinês e deputada Uyunqimng entregam presente a José Sarney na visita feita ao Senado

Sarney destaca relações estreitas com a China

Presidente do Senado recebeu a deputada Uyunqimng, vice-presidente da Assembleia Popular Nacional da China, acompanhada de delegação

de parlamentares chineses. Sarney destacou parcerias estratégicas nas áreas econômica, política, cultural e diplomática entre os dois países. **2**



Homenagem às mães de vítimas de violência

As mães de seis jovens de Luziânia assassinados pelo pedreiro Adimar Jesus da Silva foram convidadas especiais de audiência em alusão ao Dia das Mães, na Comissão de Direitos Humanos. **4**

Mães de Luziânia: angústia com espera por resultado de exames de DNA

Embaixadores para Uruguai e Tailândia são aceitos pela CRE

João Carlos de Souza-Gomes e Paulo Cesar Meira de Vasconcellos foram aprovados pela Comissão de Relações

Exteriores para as embaixadas no Uruguai e na Tailândia. As indicações agora dependem do Plenário. **3**

J. Freitas



Eduardo Azeredo entre os dois diplomatas: aprovação foi unânime

Medidas contra dumping e subsídios são aprovadas **7**

Tratado de extradição com Panamá vai a Plenário **5**

Presidente do Senado recebe deputada que é a quarta na linha sucessória e diz que Brasil e China são parceiros estratégicos em vários setores

Sarney elogia a liderança mundial dos chineses

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, recebeu ontem a vice-presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional da China, deputada Uyunqimq, que visita o Brasil juntamente com delegação de parlamentares chineses.

Para Sarney, Brasil e China mantêm relações especiais. Ele disse que teve a honra de intensificar esses laços com a visita feita àquele país, como presidente brasileiro, em 1986. Na época, Sarney ouviu do ex-presidente chinês Deng Xiaoping: "Quando o Brasil apertar uma mão, nós, chineses, podemos apertar também, porque ali estará um amigo".

– É com grande satisfação que vejo a ascensão da China como uma grande liderança mundial. Temos relações estreitas, econômicas, políticas, culturais e diplomáticas. Somos parceiros estratégicos – afirmou Sarney, que elogiou a visitante, a quem classificou como uma "grande liderança".

Sarney foi o segundo presidente brasileiro a visitar a China, depois de João Baptista Figueiredo, ainda no regime militar. Em 1961, João Goulart estava lá em visita oficial como vice-presidente da República quando Jânio Quadros renunciou.

Uyunqimq – a quarta na linha de sucessão em seu país – respondeu que o senador José Sarney é um político muito respeitado no Brasil e na China, onde seu nome é sempre relacionado a temas internacionais e à aproximação entre os dois países. A vice-presidente da Assembleia Popular elogiou as conquistas do Brasil na redução de diferenças sociais e na



Sarney observa a vice-presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular chinesa, deputada Uyunqimq, assinar o livro de honra dos visitantes do Senado

garantia da sustentabilidade.

– Sabemos que o Brasil é um enorme território, rico em recursos naturais – disse a parlamentar chinesa.

A deputada Uyunqimq também elogiou a forma como o Brasil conseguiu sair da crise econômica internacional antes dos outros países, e disse que isso se constituiu em um exemplo para todo o mundo. Ela também desejou êxito ao Brasil no desenvolvimento

econômico e na realização das Olimpíadas de 2016. Sobre esse assunto, Sarney disse que o Brasil tem muito a aprender com a experiência chinesa de organizar uma Olimpíada (Pequim, 2008).

– Aprendemos muito com a China no passado e tenho a certeza de que continuaremos a aprender – completou.

Proximidade

Sarney lembrou ainda outro

trecho da conversa com Deng Xiaoping em 1986. Na ocasião, ao pedir ao líder chinês que os dois países tivessem mais relações diplomáticas, que tivessem "relações especiais", Sarney ouviu de Deng Xiaoping: "Isso virá com o tempo". Ele disse se sentir muito feliz por ter tido um relacionamento produtivo com as antigas lideranças chinesas e agora conhecer a nova geração de líderes, como a própria Uyunqimq.

A parlamentar chinesa disse que Deng Xiaoping foi "um filho especial" da China, o líder que implantou a abertura e a modernização da economia, que "trouxe uma vida feliz para o povo", e que isso é reconhecido principalmente pelas crianças e pelas mulheres.

Uyunqimq e um grupo de deputados também estiveram no México e em Cuba, em viagem de intercâmbio parlamentar.



Apresentados por Eduardo Suplicy (ao microfone), estudantes iranianos ouviram senadores defender a democracia

Senadores recebem estudantes iranianos

Um grupo de sete estudantes de pós-graduação iranianos acompanhou ontem parte da reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE). Apresentados pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), os alunos da Universidade Islâmica de Azad, em Teerã, ouviram o presidente da comissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), citar a democracia

como um valor "felizmente" respeitado no Brasil. Inácio Arruda (PCdoB-CE) pediu que os estudantes colaborem com o Irã na construção de um Estado que respeite as diferenças.

– Estamos na expectativa de que o Partido Comunista tenha ampla liberdade [no Irã]. Que eles tenham tolerância com as religiões e doutrinas políticas.

Para Arruda, o Brasil também deve agir com tolerância em relação ao Estado islâmico para evitar que se repitam "os erros cometidos em relação ao Iraque".

– A infâmia e a mentira permitiram que uma guerra destruísse a infraestrutura e fossem mortos milhares de pessoas – afirmou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Homenagem a ex-senador

9h Na hora do expediente da sessão não deliberativa, será comemorado o centenário de nascimento do ex-senador Rui Soares Palmeira.



Presidência Sarney preside a sessão

9h O senador José Sarney preside a sessão em memória do ex-senador Rui Soares Palmeira, na passagem de cem anos de seu nascimento.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Os dois diplomatas indicados pelo presidente da República ainda precisam ter seus nomes acolhidos pelo Plenário

Aprovadas indicações para embaixadas no Uruguai e na Tailândia

POR UNANIMIDADE, A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou a indicação do diplomata João Carlos de Souza-Gomes para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Uruguai. Também por unanimidade, foi aprovada a indicação do diplomata Paulo Cesar Meira de Vasconcellos para a embaixada brasileira junto à Tailândia e, cumulativamente, ao Camboja e ao Laos. As mensagens presidenciais com as designações serão ainda votadas em Plenário.

Souza-Gomes afirmou que pretende fortalecer as relações entre Brasil e Uruguai, aumentar o comércio bilateral, que qualificou de “expressivo e promissor”, intensificar a integração energética e estimular a cooperação técnica.

O diplomata destacou o “excepcional nível de amizade” entre Brasil e Uruguai, países que têm compromisso com a integração regional e com o respeito aos direitos humanos. Souza-Gomes defendeu a diplomacia parlamentar como “instrumento indispensável para a consecução e legitimação da política externa” e sugeriu também a criação de um grupo parlamentar de amizade Brasil-Uruguai.

Já Paulo Cesar Meira de Vasconcellos disse que pretende concentrar sua atividade em três pontos: o acompanhamento da crise política na Tailândia, para “identificar a perspectiva de uma mudança nas parcerias estratégicas e abrir nichos para o Brasil”; a criação de maiores

possibilidades para inserção do país na política externa da Tailândia; e o apoio aos brasileiros que vivem na Tailândia ou visitam o país.

O embaixador indicado também pretende dedicar-se à promoção das exportações brasileiras e à diminuição do desconhecimento mútuo entre os dois países, com um trabalho na área cultural para divulgação da imagem do Brasil. Vasconcellos sugeriu uma grande missão de parlamentares brasileiros à Tailândia, para contato com os parlamentares de lá, e a organização de um grupo de tailandeses formadores de opinião pública – empresários, jornalistas, universitários – que viria ao Brasil para conhecer as diferentes faces do país.

Sobre o Camboja, o diplomata afirmou que o país tem um dos PIBs (produto interno bruto) mais baixos do Sudeste Asiático, vem se recuperando de traumas decorrentes de conflitos e tem interesse em acordos de cooperação técnica com o Brasil. Quanto ao Laos, Vasconcellos informou que já começou um processo de cooperação entre este país e o Brasil.

Participaram dos debates com os diplomatas, além dos relatores, os senadores Paulo Duque (PMDB-RJ), Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Pedro Simon (PMDB-RS), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que preside a CRE, João Tenório (PSDB-AL) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

João Carlos Souza-Gomes (E) e Paulo Cesar Meira de Vasconcellos (D) foram sabatinados pela CRE, presidida por Eduardo Azeredo (C)



J. Freitas

Uruguai

Segundo menor país da América do Sul, Uruguai tem o 50º maior índice de desenvolvimento humano (IDH) do mundo



Fonte: CIA World Factbook

Souza-Gomes chefiará uma embaixada pela terceira vez

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ao recomendar a aprovação de João Carlos de Souza-Gomes, lembrou que o diplomata já foi embaixador na Costa Rica e na Venezuela e cônsul-geral em Montevidéu e São Francisco (EUA), além de delegado permanente do Brasil junto à Unesco, em Paris. Cristovam afirma que as relações entre Brasil e Uruguai vêm se estreitando de forma crescente e que, entre os itens de destaque na agenda comum, estão o fornecimento emergencial de energia elétrica, um projeto de linha de transmissão elétrica e temas comerciais e financeiros.

Tailândia

O país é governado por uma monarquia constitucional parlamentarista desde 1932



Fonte: CIA World Factbook

Paulo Vasconcellos já ocupou seis cargos no exterior

Ao relatar a indicação de Paulo Cesar Meira de Vasconcellos para a embaixada da Tailândia, Romeu Tuma (PTB-SP) registra que o diplomata foi segundo secretário em Ottawa (Canadá) e Lima (Peru), encarregado de Negócios em Abu Dhabi (Emirados Árabes Unidos), conselheiro em Washington e novamente em Otawa e cônsul-geral-adjunto em Nova York, entre outros cargos. Tuma afirma que, “mantendo relações bilaterais constantes desde os anos de 1950, Brasil e Tailândia vêm intensificando suas relações, na perspectiva de considerável aumento de relações comerciais e de interlocução política”.



Cristiano Gallo

Enquete revela apoio à extinção dos fumódromos

A extinção dos fumódromos – um dos objetivos do Projeto de Lei do Senado (PLS) 315/08 – foi apoiada por 54% dos votantes na enquete promovida durante o mês de abril pela Secretaria de Pesquisa e Opinião do Senado (Sepop) e pela Agência Senado. Já 46% dos votantes se opõem à medida. Ao todo, a enquete recebeu 8.864 votos.

O projeto, do senador Tião Viana (PT-AC), foi aprovado recentemente pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde foi relatado pela senadora Marina Silva (PV-AC) e agora tramita em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Se aprovado, deixarão de existir, em todo o país, os chamados fumódromos – áreas em bares e restaurantes em que o fumo é permitido. Leis semelhantes já vêm sendo adotadas em alguns estados e municípios. O projeto de Tião Viana pretende criar uma lei válida para todo o país.

Durante o mês de maio, o internauta poderá opinar sobre a possibilidade de pessoas que cometerem crimes hediondos serem beneficiadas com a liberdade condicional. A pergunta da enquete é: “Você é a favor ou contra um condenado por crime hediondo ter direito de cumprir parte da pena em regime semiaberto ou aberto?”. Veja os resultados de outras enquetes neste link: www.senado.gov.br/sf/senado/centralderelacionamento.

REUNIDO ontem de manhã, o Congresso aprovou o projeto de Lei (PLN 2/10) que abre crédito especial de R\$ 1 milhão para o Ministério da Saúde, visando ao pagamento de precatórios de natureza acidentária, expedidos

pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás contra o extinto Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). A matéria vai à sanção presidencial.

O parecer ao projeto já havia sido aprovado pela Comissão Mista de

Orçamento (CMO).

Por falta de acordo das lideranças, foi adiada a votação do PLN 1/10, que abre crédito de R\$ 442,7 milhões para o Ministério do Turismo, para reforço da dotação já existente.

CDH faz audiência pública em homenagem às famílias das vítimas do assassino serial. Senadores cobram rápida identificação dos corpos dos jovens

Emoção e solidariedade com as mães de Luziânia

A COBRANÇA DE responsabilidades, o espírito de solidariedade e a emoção pontuaram as manifestações dos parlamentares presentes à audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), ontem, em homenagem às mães de filhos desaparecidos ou vitimados pela violência no país.

As mães dos seis jovens de Luziânia assassinados pelo pedreiro Adimar Jesus da Silva foram convidadas especiais do evento em alusão ao Dia das Mães, realizado a pedido dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e José Nery (PSOL-PA), presidente e vice da comissão.

As primeiras palavras de solidariedade pelo sofrimento e pela

luta das mães de Luziânia foram de Nery, para quem a Justiça de Goiás errou ao libertar, sem a devida cautela, acompanhamento ou monitoramento, um condenado pelo crime de pedofilia.

Após recordar que a CDH, ainda no início de abril, recebeu essas mães e cobrou maior urgência e transparência no processo de investigação do caso, o senador pelo Pará defendeu uma atuação mais firme da Polícia Civil de Goiás para acelerar a identificação não só da autoria dos crimes, mas dos corpos das vítimas. Até agora,

corpos de apenas três dos seis jovens foram identificados por exames de DNA.

Mãe de quatro filhos e avó, a senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) considerou esse um dos momentos mais difíceis na CDH. Num discurso emocionado às mães das vítimas, disse que ninguém pode imaginar a dor de ter um filho arrancado de seu convívio de forma tão violenta.

– Não fosse a coragem e a bravura de vocês, talvez a verdade não tivesse aparecido. Sei que esse próximo Dia das Mães será

o pior que vocês poderão ter, mas vocês representam o que é ser mãe e são um exemplo para as mulheres do mundo inteiro – afirmou a senadora.

Segundo Serys, falhas no Código Penal precisam ser corrigidas para evitar que bandidos como Adimar sejam soltos e voltem a cometer crimes.

A deputada distrital Erika Kokay (PT) saudou as mães de Luziânia e declarou que, “quando se é mãe, é possível exercer a solidariedade e sentir a dor do outro como se fosse sua”.

– Símbolo de coragem e enfrentamento, a saga dessas mães tem que servir para evitar que outras passem por essa angústia e para construir políticas públicas

de proteção às crianças e aos adolescentes – expressou.

Silêncio

Cristovam assegurou às mães que não irá deixar que o silêncio caia sobre esses fatos, dispondo-se a lutar por reformas no Código Penal. A CDH deverá pedir às autoridades de segurança pública de Goiás que comuniquem às famílias e à comissão o resultado da identificação dos corpos.

José Nery recomendou envio de ofício ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal solicitando que participem no esclarecimento do caso. Ele entende que a Polícia Civil de Goiás não tem isenção para apurar como o assassino morreu na prisão.

Serys saudou a coragem e a bravura das mães, que ajudaram a trazer à tona a verdade



Senadores Cristovam Buarque (E) e José Nery (na foto, com a deputada distrital Erika Kokay) propuseram a homenagem às mães dos jovens mortos, as quais receberam a solidariedade de Serys Silhessarenko



Após as mortes, a angústia na espera de exames

Depois da incansável busca pelos filhos desaparecidos, a mais nova angústia das mães é a espera pelos resultados dos exames de identificação dos corpos encontrados no local onde o pedófilo confessou ter enterrado quatro dos seis jovens.

A expectativa pelos resultados dos exames de DNA foi revelada pelas mães antes da audiência na CDH. Eles deveriam sair em até 15 dias, mas já se passaram mais de 20. É o que conta Sônia Vieira de Azevedo Lima, mãe de Paulo Víctor de Azevedo Lima, 16 anos, visto pela última vez no início de janeiro, ao deixar o trabalho. Segundo ela, a espera aumentou o clima de ansiedade e o sofrimento vivido pelas famílias, ainda mais porque a polícia goiana já teria concluído a identificação de três corpos.

– A gente espera nessa angústia, sem saber de que forma eles morreram e sem poder fazer o enterro de nossos filhos. O exame precisava ser feito, mas o resultado precisa sair o mais rápido possível – cobrou.

A proximidade do Dia das Mães é mencionada como mais um fator de tristeza. Mãe de Diego Alves, de 13 anos, o caçula de seus cinco filhos e o mais novo do grupo de desaparecidos, Al-

denira Alves diz não saber como vai passar o próximo domingo. Já Sirlene Gomes, mãe de George Rabelo dos Santos, só pensa em um presente: um resultado negativo para o exame nos corpos já localizados.

– Meu desejo é que o DNA seja errado e que meu filho ainda esteja vivo – revelou.

Aos senadores, as mães solicitaram apoio para que os trabalhos de identificação dos corpos sejam acelerados e que as investigações, aprofundadas.

– Não acreditamos que ele [o assassino confesso] agiu sozinho. Não somente as mães, mas toda a população de Luziânia – disse Sônia.

A disposição, no entanto, é de levar até o final a mobilização para que tudo seja esclarecido. Para isso, pedem ainda que a Polícia Federal, que deixou o caso depois de identificar o pedreiro, volte a atuar nas investigações.

A lentidão com que a polícia goiana agiu no início, inclusive com demora para abrir os inquéritos, arranhou a imagem da corporação diante dessas mulheres.

Além do apoio da CDH, elas também foram até o Ministério da Justiça pedir apoio para uma

atuação mais aplicada. Outro apelo é para que a legislação penal seja mais dura na punição e concessão de progressão de regime para autores de crimes de maior gravidade. O pedreiro cumpria pena por crime de pedofilia e saiu beneficiado por progressão de pena.

– O Estado não pode abrir as cadeias só porque estão cheias e deixar que a pessoa volte de qualquer jeito para a sociedade. Nós não podemos pagar por isso. Não é deixar preso feito fera, mas para ser acompanhado – defendeu Valdirene.

Sepultamento

Algumas mães defendem a ideia de pedir indenização ao Estado pela morte de seus filhos, já que consideram ter havido erro na soltura de Adimar, que teria cometido os crimes logo depois. Outras dizem que é cedo para pensar nisso, pois a prioridade atual seria identificar os corpos e cuidar do sepultamento. A intenção é fazer um enterro coletivo, previsto para acontecer dois dias após a liberação dos corpos já identificados.

Também participaram da audiência as mães Valdirene Fernandes, de Flávio Augusto Fernandes (14 anos), e Maria Lúcia Lopes, de Márcio Lopes (19 anos). A única ausente, por estar trabalhando, foi Marisa Pinho Lopes, mãe de Luiz Divino Lopes (16 anos).

Caso passou três meses sem pistas

Seis jovens de um mesmo bairro de Luziânia (GO), todos do sexo masculino e com idades entre 13 e 19 anos, desapareceram em dezembro de 2009. Após três meses sem pistas, o pedreiro Adimar Jesus da Silva foi preso no dia 10 de abril, quando confessou ter matado os meninos. Ele ainda indicou à polícia o local onde enterrou os corpos das vítimas.

Adimar já havia sido condenado a dez anos e dez meses de prisão por dois crimes de pedofilia. Após cumprir parte da pena, ele foi solto e, no mesmo mês, fez a primeira vítima fatal. Em 18 de abril, o pedreiro foi encontrado morto na cela da Delegacia Esta-

dual de Repressão a Narcóticos (Denarc), em Goiânia.

Antes da prisão de Adimar, senadores da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) estiveram em Luziânia para ajudar na investigação do caso. Audiências públicas feitas no Senado após a elucidação dos crimes abordaram a proibição da progressão do regime prisional para crimes hediondos. O relator e o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, Demostenes Torres (DEM-GO) e Magno Malta (PR-ES), também foram a Goiânia ouvir Adimar, e ele confessou ter mantido relações sexuais com todos os garotos antes de matá-los.

Resultados dos exames de DNA dos corpos estão atrasados, reclamam as mães dos jovens



Adimar Silva foi encontrado morto na cela, oito dias após ter sido preso

Aprovado tratado de extradição com Panamá

O Plenário examinará em breve um tratado assinado pelo Brasil que não reconhece como parte de luta política legítima os atentados contra a vida de chefes de Estado ou de governo ou contra membros de suas famílias, e os atos de terrorismo.

A medida consta de projeto de decreto legislativo (PDS 33/10) aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). O PDS aprova o acordo do tratado de extradição firmado entre Brasil e Panamá em agosto de 2007. O relator foi Pedro Simon (PMDB-RS).

O tratado estabelece normas para a extradição quando o acusado sofre processo por ato considerado crime político. Países, democráticos ou não, podem acolher em seu território estrangeiros que se sintam perseguidos por oposição a seus governos. Muitas vezes, a simples oposição ou atos de protesto podem ser considerados crimes políticos. Nesses casos, o tratado fornece bases para que seja negada a extradição pedida pelo governo de um país que limite a ação política.

O texto, no entanto, não reconhece como autor de crime político alguém que atenta contra a vida de um governante ou membro de sua família ou comete ato terrorista. Alguém enquadrado nesses delitos poderá ser extraditado, assim como os responsáveis por genocídios, crimes de guerra ou crimes contra a paz e a segurança da Humanidade.

O tratado tem 33 artigos e contém normas relativas à proibição de extradição para crimes políticos ou fato conexo com crimes dessa natureza; os impedimentos à concessão da extradição; as garantias do extraditando; e os procedimentos para solicitação e entrega do extraditando.

Militares e policiais federais poderão entrar e transitar nas reservas para realizar patrulhas, policiamento e qualquer outra atividade necessária à proteção do território nacional ou à manutenção da ordem e da segurança pública

Comissão regulamenta ação das Forças Armadas e da PF em terras indígenas

MILITARES E POLICIAIS federais poderão entrar e transitar em terras ocupadas por indígenas e realizar manobras, acampamentos, patrulhas, policiamento e outras atividades para a segurança da integridade do território nacional, para a garantia da lei e da ordem e para a segurança pública. É o que autoriza projeto do senador Augusto Botelho (PT-RR), aprovado ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que agora será votado pelo Plenário.

De acordo com o PLS 69/04 – Complementar, as Forças Armadas e a Polícia Federal poderão instalar e manter, nas áreas indígenas, unidades militares e policiais, equipamentos para fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima, vias de acesso e demais medidas de infraestrutura e logística necessárias. Poderão ainda implantar programas e projetos de controle e proteção da fronteira.

O projeto de Augusto considera como relevante interesse público da União o exercício das atribuições constitucionais e legais das Forças Armadas e da Polícia Federal em terras ocupadas por indígenas.

Condições

O Conselho de Defesa Na-



Mozarildo (C), relator do projeto, lembrou que questão havia sido decidida no ano passado pelo Supremo Tribunal Federal

cional terá que analisar o plano de trabalho relativo à instalação permanente de unidades militares e policiais naquelas áreas com as seguintes especificações: localização, justificativa, construções e contingente ou efetivo de policiais e militares.

A proposição também estabelece que toda ação deverá adotar medidas de proteção da vida e do patrimônio do síndi-

genas e de suas comunidades, de respeito aos usos, costumes e tradições desses povos.

O projeto original previa que a instalação de unidades policiais e militares, de equipamentos e das vias de acesso em áreas indígenas seria permitida somente em faixa de fronteira. Mas a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou emenda, acolhida pela CRE, que retirou essa expressão

do texto para evitar limitação ao trabalho dos policiais e militares na região.

O relator, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), afirmou que o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar ação relativa à reserva Raposa Serra do Sol, "pacificou essa questão" quando não deixou dúvidas sobre a liberdade de atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal em terras indígenas.

Malta quer Sivam na segurança da fronteira Brasil-Paraguai

O senador Magno Malta (PR-ES) afirmou que solicitará ao governo brasileiro reforço do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) no policiamento da fronteira entre o Brasil e o Paraguai. O Sivam é um projeto das Forças Armadas para controle do tráfego aéreo e da segurança da Amazônia.

Magno Malta está na cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, onde se encontrou com o senador Robert Acevedo, que no dia 26 de abril sofreu um atentado atribuído a narcotraficantes que atuam nos dois países. No ataque, morreram o motorista e o segurança do parlamentar paraguaio, que foi ferido no braço.

Para Magno Malta, o atentado deve servir de alerta tanto para o Brasil quanto para o Paraguai.

– Os contraventores do mundo inteiro vêm para o Paraguai porque sabem que estão na boca da fronteira. Então, entram no Brasil, que tem uma estrutura portuária muito boa, boas estradas, bons aeroportos. Viramos um entreposto da desgraça do mundo – disse.

Em sua opinião, se o Brasil quiser evitar a entrada de criminosos pela fronteira, precisa aumentar o efetivo de policiais e investir em tecnologia para o combate ao crime organizado na região.

– O efetivo de Polícia Federal aqui é uma brincadeira, uma



Malta disse que efetivo da Polícia Federal na fronteira "é uma brincadeira"

piada. Tinha que aumentar pelo menos cinco vezes – recomendou.

Também participaram do encontro no Paraguai representantes do Ministério Público de

Mato Grosso do Sul, da Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai e o prefeito de Pedro Juan Caballero, José Carlos Acevedo, irmão do senador ferido no atentado.

Mozarildo Cavalcanti destaca matéria da *Veja* sobre demarcações de terras

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) recomendou aos senadores a leitura da reportagem sobre demarcações de terras da edição desta semana da revista *Veja*. Intitulada "A farrá da antropologia oportunista", a matéria afirma que "entre as ações de cinho demagógico e dilapidador que emperram o desenvolvimento do Brasil, está a demarcação selvagem

de terras".

O senador leu trecho do editorial da revista, que explica que a reportagem descobriu "uma verdadeira fauna de espertalhões: negros e brancos que se declaram índios, padres que 'ressuscitam' etnias desaparecidas há 300 anos e organizações não governamentais (ONGs) que estimulam moradores de cidades a se passarem

por silvícolas – para, desse modo, receber mais dinheiro de organizações estrangeiras e de Brasília".

Mozarildo Cavalcanti disse ainda que, segundo a revista, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) calculou que, "se o governo demarcar toda a extensão reivindicada por sem terras, índios, quilombolas, ambien-

talistas e ideólogos do atraso travestidos de antropólogos, sobrarão para as atividades produtivas apenas 8% do território nacional".

O senador lembrou que foi presidente da primeira Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou as ONGs no Congresso Nacional, em 2000, e relatou a grande dificuldade que teve para ouvir

representantes de algumas organizações e servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai). Ele pediu a transcrição na íntegra da matéria, que traz uma fotografia do presidente Lula comemorando a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol no Conselho Indigenista de Roraima, para Mozarildo "uma das ONGs mais corruptas do país".

Senadora tucana avalia benefícios trazidos pelos dez anos de vigência da norma e recorda que o PT, hoje no governo, reuniu "um exército de advogados" para tentar bloquear a entrada em vigor da LRF

Para Marisa, Brasil deve muito à Lei de Responsabilidade Fiscal

MARISA SERRANO (PSDB-MS) destacou ontem a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que completa dez anos neste mês, e disse que a norma legal conta hoje com amplo reconhecimento da sociedade, pois criou mecanismos para pôr em ordem as finanças públicas.

A senadora afirmou que o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) "começou a escrever uma nova história no país" ao criar a LRF, já que a norma também favoreceu o surgimento de um ambiente de prosperidade econômica que frutificou nos últimos anos.

Segundo Marisa, "o partido que está hoje no governo, o PT, armado de um exército de advogados, tentou por todos

os meios possíveis bloquear os efeitos da nova norma legal que estava constituída", sendo "contra quase todos os aspectos contidos na lei".

Ela disse ainda que, à época, o PT chegou a impetrar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra mais de 30 dispositivos da lei. A ação ainda se encontra em análise no Supremo Tribunal Federal (STF).

– Hoje, a história nos mostra que essa lei foi fundamental para que o Brasil conquistasse a sua maturidade econômica. Poucos discordam de que a lei tenha criado as bases da estabilidade da nossa economia, permitindo que atravessássemos a pior crise das finanças mundiais sem perder o rumo do que era essencial e

do que era acessório – afirmou.

Marisa Serrano destacou ainda que a LRF foi responsável pela implantação de uma nova cultura na gestão dos recursos públicos e pelo incentivo ao exercício da cidadania, especialmente à participação do contribuinte no acompanhamento da aplicação das verbas e na avaliação dos seus resultados.

Estabilidade

– Muitos críticos da Lei de Responsabilidade Fiscal hoje são gratos a ela. Muitos daqueles que a combateram e votaram contra se beneficiam hoje da estabilidade que ela proporciona aos governos. Não fosse a LRF, não haveria os celebrados crescimentos das classes C e D, não haveria

essa euforia de consumo, do aumento do crédito, da redução da taxa de juros e tantas outras coisas – afirmou.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) reconheceu os aspectos positivos da LRF, mas defendeu aprimoramentos, uma vez que apenas os estados e municípios estão obrigados a cumprir rigorosamente os seus preceitos, mas não a União.

– O governo pinta, borda, faz artifícios para poder ficar à margem da lei. Eu acho que deveríamos aprimorá-la no sentido



Lei foi fundamental para que o Brasil conquistasse a sua atual maturidade econômica, afirma Marisa Serrano

de que valesse mais até para o governo federal – defendeu.

João Tenório (PSDB-AL) também concordou que a Lei de Responsabilidade Fiscal é muito rigorosa com estados e municípios. Mas ressaltou que uma reforma tributária sem reforma do Estado nada mais seria do que uma briga entre os entes federativos.

João Durval diz que sociedade brasileira está madura para semana de 40 horas

O senador João Durval Carneiro (PDT-BA) disse ontem que o povo brasileiro já está maduro para a jornada de trabalho de 40 horas semanais. Ele assinalou que o programa de seu partido defende essa carga horária, "a fim de combater o desemprego e aumentar o tempo livre do trabalhador".

– Entendemos que o trabalho é a fonte de todos os bens e riquezas e que seus valores não são apenas econômicos, mas igualmente valores humanos, éticos, culturais e políticos. Defendemos, portanto, os valores humanos a partir do trabalho como uma das verdadeiras dimensões de justiça no conjunto das relações sociais – afirmou.

Durval citou o mestre indiano de Kriya Yoga Paramahansa Yogananda (1893-1952), que defendia a divisão da semana em trabalho, diversão e cultivo do espírito, sendo cinco dias para ganhar dinheiro, um para descansar e outro para praticar a introspecção e a realização interior.

O senador também citou o empresário do ramo automobilístico Henry Ford, que era apoiado por Yogananda. Ele via no lazer um valor industrial positivo, porque tinha a capacidade de aumentar o consumo. Segundo Ford, onde os povos trabalham mais, por muito tempo e com menos lazer, compram poucos bens.

– Não acredito que Henry Ford, o pai da indústria automobilística, e Yogananda, um dos maiores vultos espirituais contemporâneos, estivessem enganados. Por essa razão, sou um entusiasta da redução da jornada para 40 horas semanais.



Fotos de Waldemir Borreto

Senador acredita que o trabalho diz respeito não só a riqueza, mas também a valores

Durval listou como benefícios dessa jornada a redução da incidência de doenças profissionais e de acidentes de trabalho e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, que teriam mais tempo para se dedicar a outras atividades, como convívio com a família, estudos, lazer, atividades sociais, culturais e políticas. Ele ressaltou que a maioria dos países industrializados já adota o sistema de 40 horas semanais.

– De acordo com o Dieese, apesar de os salários representarem 22% dos custos de produção, a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais teria um impacto de apenas 1,99% nesses mesmos custos – observou.

Renan comemora renegociação das dívidas dos agricultores nordestinos

A aprovação pelo Senado da Medida Provisória 472/09 foi classificada ontem pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) como "um passo muito importante" para a solução das dívidas de milhares de pequenos agricultores nordestinos. Aprovada na terça-feira, a medida cria estímulos para diversos setores da economia por meio de incentivos fiscais e permite a renegociação das dívidas dos agricultores.

Renan lembrou que a renegociação das dívidas foi um compromisso assumido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando, juntos, estiveram no município de Arapiraca, em Alagoas, conversando com líderes rurais. O senador destacou o apoio suprapartidário que a MP recebeu, o que facilitou a sua aprovação com mais de 40 emendas.

– Com a aprovação da MP 472, asseguramos o perdão de quase 80 mil operações rurais com saldo devedor de até R\$ 10 mil. O restante dessas operações, até o limite de R\$ 35 mil, terá condições especiais para pagamento, com desconto de até 85%.

Hoje, de acordo com o senador, existe um estoque de quase 220 mil operações rurais cujos débitos ainda não foram renegociados. Desse total, a MP concede anistia a 185 mil operações, ou cerca de 85% do estoque atual. O restante dessas operações ainda não renegociadas também poderá ser quitado mediante condições especiais.

Ele acrescentou que foram suspensas as execuções judiciais e concedida a prorrogação da subvenção econômica aos pequenos e médios produtores de cana-de-açúcar.

– Conseguimos avançar também na solução das dívidas relativas às operações que estavam inscritas na dívida ativa da União. O próprio líder do governo assegurou que as inscrições na dívida ativa ficarão suspensas até 31 de dezembro deste ano. Esperamos agora que a Câmara aprove o texto do Senado para que essas regras possam entrar em vigor o mais rápido possível.



Renan diz que medida foi prometida por Lula em visita a Arapiraca, em Alagoas

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Geraldo Mesquita Júnior • Pedro Simon • José Nery

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sílvia Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvia Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Comissão acolhe proposta que, segundo o relator, viabiliza a aplicação de instrumentos de defesa comercial, como os direitos antidumping e antissubsídios

Vai a Plenário projeto contra prática desleal de comércio

PARA COMBATER PRÁTICAS comerciais abusivas no âmbito internacional, é preciso ter regras claras sobre a verdadeira origem dos produtos. Com esse entendimento, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a proposta que disciplina as "regras de origem não preferenciais", previstas em acordo do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio), organização multilateral que antecedeu a Organização Mundial do Comércio (OMC). O projeto (PLC 84/06) ainda será votado em Plenário.

Segundo o relator da matéria, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), autor de substitutivo ao projeto, a exposição de motivos do Executivo considera o crescente uso de medidas contra práticas desleais de comércio como um dos pilares fundamentais da política comercial de um país, sobretudo em tempos de globalização.

"A aplicação eficaz dessas medidas depende, por sua vez, de clara e hábil disciplina sobre regras de origem, já que elas definem a verdadeira procedência do produto, servindo de base



Valadares: Brasil é um dos últimos países a definirem legislação sobre o tema

para a aplicação de instrumentos de defesa comercial, como os direitos antidumping e antissubsídios, as salvaguardas, a cota tarifária, além da valoração aduaneira e da determinação de fraudes nas importações", prossegue o relator.

Valadares acrescenta que o Brasil, "economia mais pujante e mercado consumidor mais

ativo da América do Sul", é um dos últimos países a definirem sua legislação nacional sobre o tema. Para o relator, essa legislação é imprescindível, "sobretudo no momento em que os países ainda sofrem as consequências da crise econômica mundial, o que certamente motiva práticas desleais de comércio, ameaçando a produção local".

José Nery quer ouvir a Vale sobre venda da Albras para noruegueses

A venda da Alumínio Brasileira S.A. (Albras), subsidiária da Vale que produz alumínio no Pará, para a norueguesa Norsk Hydro foi condenada ontem por José Nery (PSOL-PA). Ele sugeriu que o presidente da Vale, Roger Agnelli, e um representante da multinacional sejam convidados a explicar a operação.

– Eles precisam esclarecer as consequências de um negócio tão bilionário quanto obscuro.

O senador quer ouvir ainda Luciano Coutinho, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Maria Helena Fernandes de Santana.

– A Albras não é uma empresa qualquer. Ela está em 8º no ranking mundial da produção de alumínio e é a maior fábrica instalada em solo paraense, sendo líder nacional na produção e exportação desse estratégico produto – observou.

Para José Nery, a venda da Albras representa perda da soberania do país, além de perda de emprego, renda e bem-estar para a população local.

O senador destacou subsídios governamentais concedidos à empresa para que pudesse se instalar e aumentar a produção nos anos 70: redução de imposto de renda e isenção de IPI e das tarifas de exportação e de energia elétrica, entre outros.



José Nery afirma que privatização da Vale deve ser questionada

Com a venda, a Vale passou para a Norsk Hydro os 51% que detinha na Albras e os 91% da Alunorte (refinaria de alumínio), além de 61% de usina de bauxita em Paragominas (PA), o que capacitará a empresa a ter capacidade produtiva por cem anos, conforme comunicado divulgado em sua sede no Rio, assim que foi concretizada a venda.

– O que a Vale está fazendo agora nada mais é do que entregar um patrimônio construído com recursos, com o suor do povo brasileiro. E só há uma forma de reverter isso: o povo se mobilizando, se organizando, denunciando, inclusive questionando a privatização criminoso da Vale, que causou enormes prejuízos ao país e ao patrimônio da República – afirmou.



Plataforma em construção: senador é o relator na CAE do projeto que capitaliza Petrobras para explorar novas reservas

João Tenório defende comissão especial e suspensão da urgência

O senador João Tenório (PSDB-AL) advertiu ontem que o Senado abrirá mão de suas prerrogativas e dará "um exemplo de negligência" se mantiver o regime de urgência no exame dos projetos do pré-sal. Ele apelou aos líderes partidários que trabalhem juntos para resguardar a Casa, com a suspensão imediata do regime de urgência e a criação de uma comissão especial de senadores para cuidar exclusivamente do assunto.

– Por se tratar de um tema plural e de grande relevância, penso que a criação de uma comissão ou grupo especial poderia destinar toda sua atenção e tempo para apreciação exclusiva da matéria, diferentemente do que ocorre com as demais comissões da Casa, cuja obrigação em relação a outros projetos é concorrente – acrescentou.

João Tenório citou estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostrando que o Brasil ganha mais com múltiplos operadores de pré-sal do que com apenas um – a Petrobras, como define a proposta do governo aprovada pela Câmara dos Deputados. A competição, como assinala o senador, encoraja investimentos e inovação, além de aumentar a eficiência e reduzir custos.

Perdas

O estudo citado por João Tenório mostra que, para cada ano de atraso na produção de



Tenório: modelo do governo pode trazer grandes prejuízos ao país

petróleo do pré-sal – teoricamente causado pelo operador único –, o Brasil perderia R\$ 53 bilhões em arrecadação. O senador chamou atenção também para outro dado da FGV: cada bilhão de reais investido no pré-sal gera mais de 33 mil empregos diretos, indiretos e induzidos. Toda a economia brasileira poderia sofrer perdas equivalentes a 5,5% do produto interno bruto (PIB) como resultado de um atraso de três anos no pré-sal.

– Isso ilustra os riscos econômicos associados ao modelo que centraliza os investimentos através de um único operador. Ter um único operador do pré-sal não parece atender aos interesses da sociedade – disse.

Delcídio sustenta projetos do governo para pré-sal



Delcídio diz que país tem chance de dar vida melhor às futuras gerações

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) defendeu, em discurso, os quatro projetos que propõem um novo marco regulatório para o petróleo do pré-sal. Delcídio é relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do PLC 8/10, que estabelece regras para a capitalização da Petrobras – a seu ver, o mais importante deles, já que tem por finalidade dotar a estatal de recursos para a exploração das novas reservas.

Além do PLC 8/10, estão na pauta do Plenário o PLC 309/09 (cria a Petro-Sal), o PLC 7/10 (Fundo Social) e o PLC 16/10 (regime de partilha e distribuição dos royalties).

Delcídio rebateu as críticas feitas ao mérito e à constitucionalidade

dos projetos, alegando que todos foram fruto de anos de pesquisa por parte de técnicos gabaritados do governo e que não se desviam do que estabelece a Carta Magna no que se refere à exploração do petróleo. Além disso, ele frisou que as propostas são inspiradas em experiências bem-sucedidas em várias partes do mundo.

– Estamos diante de um desafio espetacular, no sentido de construir uma grande nação. Os países que têm tecnologia e mercado, hoje, não têm petróleo suficiente para atender às suas necessidades. Temos que aproveitar essa oportunidade, para que o pré-sal seja uma riqueza que proporcione às futuras gerações uma vida melhor – disse.



Yanai (E) foi empossado ontem na vaga de Gilberto Goellner

Jorge Yanai é o primeiro senador nissei

O médico Jorge Yanai (DEM-MT), segundo suplente de Jonas Pinheiro (falecido em fevereiro de 2008), foi empossado ontem na vaga do senador Gilberto Goellner (DEM-MT), que tirou licença de quatro meses para tratamento de saúde.

Jorge Yanai é o primeiro brasileiro de origem japonesa a assumir uma cadeira no Senado.

Em seu primeiro discurso logo após tomar posse, Ya-

nai fez um agradecimento a políticos do DEM de Mato Grosso e cumprimentou autoridades presentes em Plenário, entre as quais o embaixador do Japão no Brasil, Ken Shimanouchi.

Jorge Yanai anunciou que dará prioridade, em sua atuação no Senado, aos setores de transportes, saúde, educação e segurança.

– O futuro de nosso país está no transporte. Basta olhar o nosso mapa para perceber a possibilidade

imensa que o nosso país tem. Nós temos um país produtivo e produtor, mas nós precisamos de um transporte verdadeiramente eficiente, precisamos recuperar e melhorar as nossas rodovias – disse.

Em apertes, os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Eduardo Suplicy (PT-SP) deram as boas-vindas a Jorge Yanai, parabenizando-o pelo pronunciamento.

Jayme Campos comemora posse de Yanai

Jayme Campos (DEM-MT) saudou o mais novo integrante da bancada mato-grossense, Jorge Yanai (DEM-MT). Primeiro descendente de imigrantes japoneses a assumir o cargo de senador, destacou Jayme Campos, Yanai vem de uma família originária de Hiroshima, cidade atingida pela primeira bomba nuclear, lançada em 1945, durante a 2ª Guerra Mundial.

– A nação brasileira carrega o sentimento de gratidão e respeito por todas as contribuições dos japoneses à formação ética de nosso povo, ao longo desse centenário de imigração. Com a posse de Jorge Yanai, o Brasil fica um pouco mais japonês, e o Japão um pouco mais brasileiro – disse o parlamentar.

Jayme Campos salientou ainda que Yanai, nascido no Paraná, é pioneiro na ocupação do norte mato-grossense, onde chegou há 30 anos ao município de Sinop, depois de ter se formado pela Escola de Medicina do Paraná. Yanai, que já exerceu mandato como deputado estadual, passou a se dedicar à política por força de sua militância social, completou.



Brasil fica um pouco mais japonês, diz Jayme Campos

Simon cobra apoio do PMDB para aprovar o Ficha Limpa sem emendas

Feliz com a aprovação, na Câmara, sem modificações que desvirtuem ainda mais a proposta original, de iniciativa popular, senador diz que a falta de ética e a impunidade são os grandes males do país, que contaminam a sociedade

O SENADOR PEDRO Simon (PMDB-RS) voltou a defender a aprovação sem emendas no Senado do projeto Ficha Limpa, tão logo a votação seja concluída na Câmara dos Deputados, o que está previsto para ocorrer na próxima semana.

Aproveitando a presença em Plenário do líder do seu partido, senador Renan Calheiros (AL), Pedro Simon lhe dirigiu ontem um apelo pela aprovação imediata do projeto, de iniciativa popular. Renan lembrou que a proposta já havia sido aprovada anteriormente pelo Senado, comprometendo-se a apreciá-la novamente tão logo a Câmara conclua a sua votação.

Na quarta-feira, o Plenário da Câmara decidiu manter pontos essenciais do texto do projeto Ficha Limpa. Os deputados rejeitaram três destaques ao substitutivo do deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP) aprovado um dia antes. Um destaque do PTB pretendia retirar da proposta a possibilidade de o candidato ficar inelegível com decisão ju-

dicial de colegiado em relação a crimes contra o patrimônio público, lavagem de dinheiro e tráfico de entorpecentes. A análise de nove destaques pendentes ficou para a terça-feira.

Antes de dirigir o apelo ao líder do PMDB, Pedro Simon disse estar vivendo um “momento feliz” com a votação do projeto Ficha Limpa na Câmara, sobretudo com a exclusão das muitas emendas que deformavam a proposta, que teve mais de 1 milhão de assinaturas.

– Não é o ideal. Entre esse projeto e o que eu defendo há uma diferença muito grande, mas já é um início – afirmou.

Ética e impunidade

Pedro Simon afirmou que a falta de ética e a impunidade são os “grandes males” do país. Segundo ele, “arranhões éticos maiores ou menores” surgem quando a população perde a confiança em suas instituições políticas.

– Daí a sonegação, a pirataria, o jeitinho brasileiro nem sempre



Simon avalia: projeto aprovado na Câmara não é o ideal, mas já é um início

legal, nem sempre moral, como a ocupação de espaços reservados a deficientes, o desrespeito à fila, o pagamento de propina, ainda que de pequeno valor, para levar vantagem sobre os semelhantes – afirmou.

Como forma de restaurar a legitimidade das instituições brasileiras, Pedro Simon disse ainda que não vê outro caminho que não seja uma “mudança profunda no conteúdo e na forma de

fazer política”.

Pedro Simon citou como exemplo de “deboche e um acinte à própria ética” o fato de instituições financeiras obterem “o maior lucro da nossa história”, em um país com uma carga tributária que “afoga” empreendimentos de qualquer porte, e com parte considerável de sua população vivendo “abaixo da linha de pobreza, sem ter o que comer”.

Serys Slhessarenko lamenta não disputar reeleição para o Senado

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) comunicou ontem, emocionada, que não será candidata ao Senado na próxima eleição por ter perdido as prévias realizadas pelo PT de Mato Grosso em abril. Ela criticou duramente o grupo do vencedor das prévias, o deputado federal Carlos Abicalil, presidente do PT mato-grossense.

– Esse é o PT de Carlos Abicalil, que, em nome de uma tática eleitoral, não respeita a história de luta de uma companheira, uma história de mais de 20 anos de sacrifícios e de total dedicação às causas partidárias. Admito, sinto-me vilipendiada. Enquanto me dedicava ao mandato por inteiro, ao meu estado e ao meu país, e também na busca de um mundo melhor, lá nos rincões mato-grossenses alguns tramavam a queda da senadora Serys – lamentou.

Para ela, por “capricho de um grupo político” e do presidente do diretório estadual petista,



Serys criticou o grupo do vencedor das prévias do PT de Mato Grosso, Carlos Abicalil

foi tirado da população mato-grossense o direito de opinar, nas eleições, se queriam ou não que a senadora continuasse no Parlamento. Segundo a parlamentar, a atitude do grupo político de Abicalil rachou o PT de Mato Grosso e sacrificou toda a estrutura do diretório.

Serys lembrou que foi a primeira mulher eleita senadora pelo estado do Mato Grosso e a primeira mulher na história a

ocupar uma vice-presidência na Mesa do Senado. Ela também foi eleita pela Transparência Brasil como um dos dez senadores cujos projetos mais contribuem para a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

A senadora explicou que, dos 131 municípios de seu estado onde os filiados do PT foram consultados, ela venceu nas principais e mais populosas cidades, que, somadas, perfazem dois

terços do eleitorado.

Em apertes, os senadores José Sarney (PMDB-AP), Edison Lobão (PMDB-MA), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Jayme Campos (DEM-MT), José Nery (PSOL-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Pedro Simon (PMDB-RS) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) solidarizaram-se com a colega e lamentaram que ela tenha de deixar de ser senadora a partir de fevereiro de 2011. Todos elogiaram o seu desempenho durante o mandato.

Sarney disse que está há quase 40 anos no Senado e poucas vezes viu “uma senadora tão dedicada, tão aplicada aos seus trabalhos e na defesa da causa das mulheres”.

– Posso testemunhar também que, na Comissão Diretora, como vice-presidente, Vossa Excelência também tem honrado esse cargo, tem nos ajudado com seus conselhos e seu trabalho e se aprofundado na discussão dos problemas da Casa – disse.